



PREFEITURA  
DE NITERÓI

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E  
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO – SEPLAG  
CURSO DE FORMAÇÃO CGM | SEPLAG – 2025

PROVA OBJETIVA – TARDE

## MÓDULO II

# AMCI - DIREITO



### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **20 (vinte)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



### TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **1 (uma) hora** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

**1**

No planejamento da contratação pública, o documento que define a necessidade da contratação e apresenta as alternativas possíveis para satisfazê-la, é o(a)

- (A) Termo de Recebimento Definitivo.
- (B) Termo de Execução Financeira.
- (C) Estudo Técnico Preliminar (ETP).
- (D) Edital de Licitação.
- (E) Ata de Registro de Preços.

**2**

Durante o planejamento de uma licitação para aquisição de mobiliário escolar, a equipe de planejamento buscou incorporar critérios de sustentabilidade na contratação, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e nas orientações da Advocacia-Geral da União. Quanto à adoção dos critérios no procedimento licitatório, considerando os princípios da nova lei, assinale a afirmativa correta.

- (A) É obrigatória a exigência de certificações ISO e ABNT como condição de habilitação dos licitantes, independentemente de justificativa.
- (B) Critérios de sustentabilidade devem constar de forma subjetiva no edital, sob a forma de declaração genérica de boas práticas ambientais.
- (C) A análise do ciclo de vida do objeto e a previsão de logística reversa são facultativas e só podem constar no contrato, não sendo indicadas nos estudos técnicos preliminares.
- (D) Os critérios de sustentabilidade devem ser inseridos nos documentos de planejamento de forma objetiva e vinculada ao objeto licitado, respeitando a competitividade e a viabilidade de mercado.
- (E) A ausência de previsão de critérios de sustentabilidade no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis dispensa a Administração de avaliar sua aplicabilidade, sendo desnecessária qualquer justificativa.

**3**

Considerando os mecanismos de governança das contratações públicas definidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que compete à alta administração da organização pública, no exercício de suas atribuições de governança,

- (A) direcionar, com base em evidências, a estrutura e os processos da função de contratações, aprovar os instrumentos de planejamento e avaliar os riscos relacionados à atividade, visando agregar valor com riscos aceitáveis.
- (B) estabelecer os critérios de julgamento da licitação e elaborar os estudos técnicos preliminares, assegurando a execução direta da contratação.
- (C) executar diretamente o objeto do contrato, realizando medições e pagamentos, como forma de monitorar os resultados organizacionais.
- (D) avaliar a economicidade das contratações por meio da análise da margem de preferência e da técnica de julgamento adotada pela comissão de licitação.
- (E) autorizar a dispensa de licitação e definir o modelo de gestão de pessoas da organização como um todo, nos termos do Decreto-Lei nº 200/1967, sem a necessidade de controle formal.

**4**

Segundo a Lei nº 14.133/2021, estão obrigadas a realizar licitação, exceto em hipóteses legais de dispensa ou inexigibilidade,

- (A) apenas os órgãos da Administração direta da União.
- (B) todas as entidades públicas, inclusive autarquias e fundações.
- (C) apenas os municípios com mais de 50 mil habitantes.
- (D) somente os poderes Executivo e Legislativo.
- (E) apenas as empresas privadas que recebem verbas públicas.

**5**

Sobre a promoção da integridade nas contratações públicas, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e as diretrizes do TCU, assinale a afirmativa correta.

- (A) A promoção da integridade é responsabilidade exclusiva das controladorias internas.
- (B) A integridade é verificada apenas durante a execução contratual, não havendo exigência no edital.
- (C) A integridade nas contratações refere-se exclusivamente à exigência de certidões negativas dos licitantes.
- (D) A existência de programa de integridade é obrigatória apenas para empresas contratadas para serviços contínuos.
- (E) A implantação de programas de integridade pode ser exigida do contratado vencedor, em contratos de grande vulto.

**6**

De acordo com a Lei nº 14.133/2021 e o Tribunal de Contas da União, assinale a opção que indica um dos princípios fundamentais das contratações públicas.

- (A) A confidencialidade de todas as etapas do processo.
- (B) A dispensa de prestação de contas dos atos praticados.
- (C) A exclusividade de contratação com empresas estatais.
- (D) A publicidade e a transparência dos atos administrativos.
- (E) A livre escolha do fornecedor pela autoridade competente.

**7**

O conceito de governança das contratações públicas, conforme a Lei nº 14.133/2021, está centrado

- (A) na capacidade da controladoria de julgar a legalidade dos contratos.
- (B) no conjunto de normas administrativas voltadas à execução financeira dos contratos.
- (C) na atuação da auditoria externa como instrumento único de verificação da conformidade dos processos de contratação.
- (D) nos mecanismos de liderança, estratégia e controle utilizados para direcionar e avaliar a função de contratações com foco exclusivo na economicidade.
- (E) nos mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão das contratações públicas, buscando agregar valor com riscos aceitáveis.

**8**

Considerando uma proposta de aplicação da Lista de Alto Risco (LAR) no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), assinale a afirmativa correta.

- (A) A inclusão de um tema na LAR-RJ depende exclusivamente da indicação dos órgãos jurisdicionados e da sua repercussão negativa na imprensa estadual.
- (B) Entre os critérios para inclusão de um tema na LAR-RJ, estão a existência de fiscalização com achados relevantes, o impacto em mais de 500 mil pessoas e a associação com políticas públicas essenciais ou de alta litigiosidade.
- (C) A exclusão de um tema da LAR-RJ poderá ocorrer caso haja simples redução do risco fiscal ou apresentação de justificativa formal pelo gestor, mesmo sem plano de ação ou monitoramento.
- (D) A LAR-RJ deve se restringir a temas relacionados à gestão estadual, não sendo aplicável a riscos estruturais encontrados em municípios sob jurisdição do TCE-RJ.
- (E) Por se tratar de instrumento federal, a metodologia da LAR não pode ser adaptada ao controle externo exercido pelos Tribunais de Contas Estaduais, como o TCE-RJ.

**9**

De acordo com as orientações dos Tribunais de Contas, a auditoria interna, na função de contratações públicas, deve

- (A) priorizar a autuação de processos sancionadores sobre os fornecedores inadimplentes.
- (B) substituir a função de controle externo em matérias contratuais.
- (C) ser eventual, com foco apenas na execução financeira dos contratos.
- (D) agregar valor avaliando a governança das contratações, os controles internos e os riscos.
- (E) ser independente da instância interna de governança e restrita à verificação da prestação de contas.

**10**

Com relação à Lista de Alto Risco (LAR) da Administração Pública Federal, elaborada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e considerando os diferentes modelos de governança pública, assinale a afirmativa correta.

- (A) A LAR representa um modelo de governança baseado exclusivamente na responsabilização *ex post*, servindo apenas como instrumento de apuração de irregularidades formais em políticas públicas de alto custo.
- (B) A LAR, ao identificar áreas críticas com riscos significativos, atua dentro de uma abordagem de governança adaptativa, promovendo a coordenação interinstitucional e o monitoramento contínuo de políticas públicas.
- (C) A LAR reflete o modelo de governança burocrática tradicional, centrado na rigidez normativa e na estrita separação entre planejamento e execução orçamentária.
- (D) A LAR, por sua natureza meramente declaratória, não possui efeitos práticos para o planejamento de ações de controle externo ou para a priorização de políticas públicas.
- (E) A inclusão de temas na LAR depende exclusivamente de critérios políticos definidos pelo Congresso Nacional, não sendo resultado de auditorias técnicas realizadas pelo TCU.

**11**

O Tribunal de Contas da União (TCU), ao longo dos anos, tem realizado diversas auditorias e acompanhamentos sobre a estrutura e o uso dos indicadores nos Planos Plurianuais (PPAs). Sobre as principais fragilidades e recomendações identificadas pelo TCU, com base nas fiscalizações, assinale a afirmativa correta.

- (A) O TCU recomendou a criação, no SIOP, de campo específico para explicitar o andamento esperado de cada meta no exercício, visando ampliar a transparência do monitoramento quadrienal.
- (B) O TCU concluiu que os indicadores do PPA 2016-2019 estavam adequadamente formulados, apresentavam metas intermediárias claras e garantiam pleno alinhamento com a regionalização das políticas públicas.
- (C) O modelo de PPA vigente desde 2012 foi considerado suficiente pelo TCU, uma vez que incorporou metas qualitativas, o que dispensou a necessidade de índices de chegada ou acompanhamento anual.
- (D) O TCU desestimulou a criação de relatórios de desempenho anual das metas do PPA, pois considerou que metas ao final do quadriênio já eram suficientes para avaliação de políticas públicas.
- (E) O principal problema identificado pelo TCU nos PPAs foi a ausência de participação social em sua elaboração, e não a má formulação de metas e indicadores ou a falta de coordenação setorial.

**12**

O Relatório de Fiscalizações em Políticas e Programas de Governo (REPP), elaborado anualmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU), constitui um instrumento estratégico de controle.

Assinale a opção que apresenta um objetivo desse instrumento de controle.

- (A) Informar o Poder Judiciário sobre o cumprimento das metas fiscais previstas no Plano Plurianual (PPA).
- (B) Consolidar os relatórios trimestrais de gestão fiscal dos entes subnacionais para fins de repasse voluntário da União.
- (C) Registrar os pareceres técnicos das comissões do Congresso Nacional sobre a execução orçamentária e financeira da União.
- (D) Controlar exclusivamente a regularidade formal dos contratos e convênios firmados entre entes federativos e organizações da sociedade civil.
- (E) Subsidiar o Congresso Nacional na discussão do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), avaliando a implementação, a eficiência e os resultados das políticas públicas auditadas.

**13**

O Município de Niterói é submetido ao controle simultâneo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) e do Tribunal de Contas da União (TCU), em razão da execução de recursos oriundos tanto do orçamento municipal e estadual quanto do federal.

Considerando o regime jurídico das prestações de contas e os mecanismos de controle externo no federalismo fiscal brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) O TCU atua apenas de forma subsidiária nos municípios, sem competência para fiscalizar recursos federais transferidos voluntariamente, uma vez que essa atribuição cabe exclusivamente aos tribunais estaduais.
- (B) O Município de Niterói está sujeito ao julgamento das suas contas de governo exclusivamente pelo TCU, uma vez que a União é o ente originário de grande parte dos recursos transferidos para políticas públicas.
- (C) Os Tribunais de Contas exercem controle concomitante sobre os mesmos objetos de despesa, cabendo ao Município de Niterói garantir a segregação contábil dos recursos por ente repassador e a prestação de contas específica conforme a origem dos recursos.
- (D) A prestação de contas ao TCE-RJ é obrigatória apenas em relação a recursos vinculados ao Fundeb e à saúde, sendo facultativa nas demais áreas de atuação municipal.
- (E) O controle exercido pelo TCU sobre recursos federais repassados ao Município de Niterói ocorre exclusivamente por meio de auditorias *in loco*, sendo dispensado o exame de relatórios e sistemas eletrônicos como o Siconv ou o Siconfi.

**14**

A Emenda Constitucional nº 109/2021 reforçou a exigência de que as políticas públicas sejam avaliadas e que os resultados obtidos subsidiem a elaboração das leis orçamentárias.

Nesse contexto, o Tribunal de Contas da União (TCU) tem atuado para induzir melhorias institucionais na governança das políticas públicas.

Considerando a atuação do controle externo e os dispositivos legais e normativos aplicáveis, assinale a afirmativa correta.

- (A) A avaliação de políticas públicas é uma atribuição exclusiva dos Ministérios setoriais, não podendo ser objeto de auditoria pelo TCU, em razão do princípio da separação dos Poderes.
- (B) O controle externo exercido pelo TCU, ao incluir a avaliação de desempenho de programas governamentais no relatório que acompanha o Parecer Prévio sobre as Contas do Presidente da República, realiza função fiscalizadora e propositiva, voltada ao aprimoramento do planejamento orçamentário.
- (C) As informações de desempenho utilizadas na avaliação das políticas públicas pelo TCU são meramente ilustrativas, não devendo impactar o processo de revisão do PPA ou da LDO.
- (D) O modelo de governança da avaliação de benefícios tributários dispensa a existência de órgão gestor, desde que haja previsão orçamentária da renúncia na LOA.
- (E) A atuação do TCU está limitada à análise *ex-post* das políticas públicas, não podendo recomendar ações de avaliação *ex-ante* ou induzir sua institucionalização por outros Poderes.

**15**

A implementação de sistemas de informações de custos na Administração Pública tem sido um importante instrumento para a racionalização de gastos, a melhoria da eficiência na alocação dos recursos e na ampliação da transparência fiscal. Embora o Sistema de Informações de Custos (SIC), instituído pela Portaria STN/MF nº 157/2011, esteja disponível para adesão por todos os Poderes e órgãos federais, seu uso ainda é incipiente em grande parte dos municípios brasileiros.

Nesse contexto, sobre o controle no âmbito das Cortes de Contas, assinale a afirmativa correta.

- (A) A adoção do SIC é obrigatória para todos os municípios, independentemente de sua capacidade institucional, devendo ser implementada como pré-requisito para receber transferências voluntárias da União.
- (B) A contabilidade de custos é uma exigência legal da LRF, mas os municípios têm autonomia para desenvolver metodologias próprias, desde que atendam aos princípios da evidenciação e da transparência da gestão pública.
- (C) O principal objetivo do SIC nos municípios é apurar o custo de oportunidade da dívida mobiliária consolidada, conforme determina o Art. 32, § 4º, da LRF.
- (D) A apuração de custos pelos municípios é incompatível com o regime contábil orçamentário brasileiro, sendo vedada por ausência de norma específica de aplicação local.
- (E) O Sistema de Informações de Custos (SIC) destina-se exclusivamente às empresas públicas e às sociedades de economia mista, não sendo aplicável à administração direta municipal.

**16**

O contingenciamento orçamentário é um instrumento previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal para garantir o cumprimento das metas fiscais fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Sobre esse mecanismo e sua relação com o planejamento e o controle fiscal, quanto ao controle exercido pelos Tribunais de Contas, assinale a afirmativa correta.

- (A) O contingenciamento é facultativo e depende apenas da conveniência política do chefe do Poder Executivo, mesmo quando há frustração de receitas.
- (B) A sistemática de contingenciamento prevista na LRF impede que sejam afetadas despesas discricionárias, devendo atingir exclusivamente despesas obrigatórias.
- (C) A ausência de limitação de empenho diante da frustração de receitas constitui infração administrativa, conforme prevê a LRF e a Lei nº 10.028/2000.
- (D) Os contingenciamentos não podem ser revertidos no mesmo exercício financeiro, ainda que haja recuperação da receita prevista.
- (E) A base contingenciável compreende todas as dotações orçamentárias do ente, inclusive as transferências constitucionais e os encargos da dívida.

**17**

Durante uma auditoria operacional conduzida por um Tribunal de Contas estadual, a equipe identificou um cenário de múltiplas iniciativas governamentais voltadas ao enfrentamento da evasão escolar.

Após mapeamento preliminar, constatou-se que três programas distintos – dois estaduais e um municipal – atuavam sobre o mesmo público-alvo, com objetivos semelhantes e oferta de bolsas de permanência escolar.

No entanto, não havia clareza sobre a coordenação entre as instituições envolvidas, tampouco uniformidade nos critérios de elegibilidade e monitoramento de resultados. A equipe de auditoria decidiu aplicar a metodologia de Análise FSDL como técnica complementar no processo.

Sobre o caso descrito, considerando os fundamentos e a sistemática da Análise FSDL, assinale a opção que apresenta o encaminhamento mais adequado para a equipe de auditoria.

- (A) A equipe deve registrar os programas como exemplo de duplicidade benéfica, dispensando a necessidade de validação com os gestores, visto que a existência de múltiplas iniciativas com o mesmo objetivo reforça a cobertura da política.
- (B) A análise deve ser abandonada, pois a ocorrência de sobreposição de políticas é característica inerente ao federalismo e não compromete, por si só, os objetivos da política pública.
- (C) A equipe deve proceder com a identificação de fragmentações, sobreposições e possíveis lacunas, avaliando seus efeitos positivos ou negativos, e confirmar com os gestores envolvidos para, se for o caso, propor recomendações relacionadas à coordenação e definição de responsabilidades.
- (D) Como há mais de uma política com foco no mesmo problema social, a equipe deve propor a consolidação de todos os programas em um único, como regra de boa prática orçamentária, sem necessidade de investigar efeitos específicos ou dialogar com os gestores.
- (E) A constatação de múltiplos programas com objetivos semelhantes deve ser tratada exclusivamente como evidência de desperdício de recursos, demandando que a auditoria estructure achados sem depender da etapa de coleta de informações adicionais ou análise de efeitos.

**18**

A matriz de riscos, exigida pela Lei nº 14.133/2021 em diversos tipos contratuais, deve ser elaborada com base em boas práticas de gestão contratual e adequada alocação de responsabilidades entre as partes.

Considerando os fundamentos doutrinários e a jurisprudenciais do TCU sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) A matriz de riscos deve ser obrigatoriamente elaborada pela contratada após a celebração do contrato, como condição para o início da execução contratual.
- (B) A matriz de riscos deve prever exclusivamente eventos de caso fortuito e força maior, uma vez que demais riscos não podem ser alocados contratualmente.
- (C) A Lei nº 14.133/2021 restringe a utilização da matriz de riscos apenas aos contratos de obras de grande vulto, sendo vedada sua aplicação em serviços continuados.
- (D) A ausência de matriz de riscos, quando obrigatória, pode comprometer a eficiência contratual e dificultar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- (E) O objetivo central da matriz de riscos é excluir a responsabilidade objetiva da Administração Pública, assegurando-se a transferência integral dos riscos para o contratado.

**19**

Durante auditoria interna realizada por unidade de controle, identificou-se a ausência de matriz de riscos em contrato de grande vulto de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.

Considerando o papel da matriz de riscos como instrumento de governança contratual, assinale a opção que melhor apresenta a conduta recomendada pelo auditor.

- (A) Registrar a ocorrência sem necessidade de providências, já que a matriz de riscos é facultativa para contratos de serviços.
- (B) Sugerir a elaboração de matriz de riscos somente se houver solicitação do contratado ou previsão expressa no Termo de Referência.
- (C) Recomendar a imediata repactuação contratual, com supressão de cláusulas de equilíbrio econômico-financeiro, em substituição à matriz de riscos.
- (D) Encaminhar sugestão para alteração do edital de licitação, ainda que o contrato já esteja em vigor, exigindo nova licitação para correção da irregularidade.
- (E) Recomendar a elaboração da matriz de riscos como medida corretiva, destacando sua importância para a definição objetiva de responsabilidades e mitigação de riscos de litígios e reequilíbrios contratuais.

**20**

O Art. 32, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), determina que o Ministério da Fazenda mantenha registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas internas e externas dos entes federativos, com acesso público.

Nesse contexto, o Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (Sadipem) é uma importante ferramenta de controle e gestão das contas.

Em articulação com o Tesouro Transparente, ele representa

- (A) uma base de dados de acesso restrito aos órgãos do Poder Executivo federal, voltada exclusivamente ao planejamento da política monetária e cambial.
- (B) um sistema interno da STN usado para simular cenários macroeconômicos e avaliar os impactos das metas fiscais no PIB potencial.
- (C) uma ferramenta de controle e transparência, essencial para o acompanhamento do endividamento dos entes federativos e da sustentabilidade fiscal, cuja implementação foi impulsionada por recomendações do TCU.
- (D) um instrumento desenvolvido pelos tribunais de contas estaduais para controle das dívidas municipais, sem interface com o Governo Federal.
- (E) um mecanismo utilizado apenas para calcular os limites de endividamento com base no IPCA acumulado, sem relação com a concessão de garantias ou com as operações de crédito.

Realização

